

010ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 16DEZ2016**(Texto com revisão.)**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa noite. Passamos a leitura do edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater o PLCE nº 007/16, que trata da criação de Área Especial de Interesse Social II, destinada à Regularização Fundiária de loteamento localizado na Estada Jorge Pereira Nunes, nº 1310, bairro Campo Novo. O Presidente da Câmara de Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade para a audiência pública com o objetivo de debater o projeto acima referido, dia 16 de dezembro de 2016, às 19h, na sala de reuniões de Comissões Permanentes, nº 301, da Câmara de Municipal de Porto Alegre, localizada à Av. Loureiro da Silva, nº 255, 3º andar, nesta Capital. Gabinete da Presidência, 1º de dezembro de 2016. Ver. Cassio Trogildo, Presidente.”

Convidamos para compor a Mesa: o Ver. Reginaldo Pujol; o Sr. José Guilherme Barreda Moreno, responsável técnico pelo projeto urbanístico de regularização do loteamento; o Sr. Sergio Marinho da Silva, representando o DMAE; a Sra. Gilca Maribel Bueno, moradora; o Engº Fernando Dal Piva; Sr. Leonardo Maricato, coordenador da descentralização da cultura.

Passamos a palavra ao Ver. Reginaldo Pujol, na presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Antes de mais nada, eu quero, em nome do Presidente da Câmara de Vereadores, Ver. Cassio Trogildo, agradecer a todos os senhores que, neste final de tarde de uma sexta-feira, atendem ao chamamento da Câmara Municipal e vêm participar desta audiência pública. Em segundo plano, eu quero registrar que, no dia de hoje, a Câmara de Vereadores se encontra voltada para uma solenidade, que concluiu há poucos momentos, que é diplomação dos Vereadores que irão compor a próxima Legislatura, a ser iniciada no dia 1º de janeiro. Por isso, atendendo ao Regimento, como eu sou, entre os Vereadores que vai participar do próximo mandato, o de maior idade e maior tempo de Casa, o Presidente me designou para coordenar os trabalhos desta reunião, que conta com a presença de representações de várias

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

entidades e segmentos altamente interessados no desenvolvimento desse projeto. Eu quero, inclusive, solicitar que integrem a nossa Mesa, a começar pelo Dr. Francisco Dornelles, que representa, no dia de hoje, o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, nos dando o prazer da sua presença. Por igual, eu quero cumprimentar a representação do Departamento Municipal de Habitação, Marcelo Marroni. Representando a comissão de moradores da cidade de Porto Alegre, tratando de moradia, convido o Thiago Monteiro a compor a Mesa. Também convido a Conselheira Tutelar da região que se situa, basicamente, entre as duas áreas atingidas, Dra. Josimar. Peço a todos que ocupem as cadeiras mais próximas, para termos a possibilidade de fazer uma reunião bem interativa.

Antes de mais nada, eu quero agradecer às providências da Diretoria Legislativa da Casa, na pessoa do Dr. Luiz Afonso, Diretor Legislativo da Casa, sem o qual não se realizaria esta audiência pública; e também ao serviço do setor de relações públicas, coordenado pela nossa colega Andréa Oliveira, que nos prestigia aqui. Como determinam o Regimento e a Legislação que regula a matéria, nas audiências públicas, a comunidade se faz ouvir através de dez representantes, que têm a palavra colocada à disposição, podendo se inscrever juntamente à Diretoria Legislativa, que se encontra recolhendo as assinaturas.

Da nossa parte, para que a reunião pudesse se instalar, nós consideramos que o Arquiteto José Guillermo Barreda; o representante do DMAE, Sérgio Marinho da Silva; representando a comunidade, Gilca Maribel Bueno; o Engenheiro Fernando Dal Pina, representando a equipe técnica que elabora o projeto da área a ser entrosada no processo através da emenda; o Dr. Fernando está automaticamente inscrito junto com o nosso prestigiado colaborador, o Dr. Leonardo Maricato de Mello, coordenador da descentralização da cultura. Então, cada um dos nominados poderá ocupar a palavra por até dez minutos. Eu acho que a melhor providência que nós podemos tomar seria, de pronto, ouvirmos, primeiramente, o responsável técnico pelo projeto de urbanismo e regularização do loteamento, objetivo da reunião. Segundo, o Engenheiro Fernando Dal Pina, que coordena a equipe técnica que desenvolve o projeto. Todos, pela leitura do edital, estão bem inteirados de qual o motivo da nossa reunião, desnecessária se transforma qualquer outra colocação. Eu quero salientar, inclusive, a presença de novos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

contribuintes que certamente se farão ouvir dentro em breve, tão logo eu receba a relação das demais inscrições que já ocorreram.

O Arquiteto José Guillermo Barreda, responsável técnico do projeto urbanístico de regularização do loteamento objeto da nossa audiência pública, está com a palavra.

O SR. JOSÉ GUIIIERMO BARREDA: Boa noite. O projeto do Executivo abrange uma área particular grande dentro do Município Porto Alegre, dentro do bairro Campo Novo. Esse loteamento é a mistura de uma área de ocupação intensiva com uma área de preservação do ambiente natural. Mas como no seu entorno tinha outros loteamentos que foram absorvidos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano declarou que era possível habitação dentro da área de preservação, porque já existiam vários tratamentos diferenciados e isonômicos, como o Alphaville e o loteamento São Francisco, que já estão consolidados e que seria uma maneira de se aplicar o regime urbanístico diferenciado e estender o Plano Diretor a menos de 60 metros, como manda a Lei Complementar nº 646, e se abrir um precedente para poder atender à população que já tinha comprado os lotes, já tinha esgoto, já tinha água, só não tinha calçamento. Então, a gente enquadrou a área como uma Área Especial de Interesse Especial II – particular. Como a Zona Sul atualmente tem muitas ocupações irregulares, é papel do Município criar condições para as pessoas que moram em áreas irregulares poderem ser beneficiadas, regularizar seus terrenos, ter uma escritura, uma matrícula, e o bairro se desenvolver. A Zona Sul, infelizmente, está cheia de loteamentos irregulares. A gente já conseguiu, dentro do sistema, organizar o Parque Agrícola Albion, retirá-lo do tecnólogo e passá-lo para Ponta Grossa para as 5.000 famílias serem atendidas. Então, o projeto que veio do Executivo trata de uma interação do regime urbanístico, de que tudo no torno que está dentro do perímetro e que foi beneficiado, vai ganhar as mesmas benesses: vai poder montar residências, comércio, etc. A emenda do Ver. Reginaldo Pujol está em outra área um pouco afastada do negócio, mas que também tem por objetivo beneficiar uma área que não tem grande utilidade agora como serventia para moradia. Com essa área especial, três para moradia, o DEMHAB que é o órgão responsável, poderia absorver essa área e criar as condições para montar um núcleo urbano com participação do Município, que seria uma Área de Interesse Especial III. Uma Área Oficial III significa que o maior interessado é o Município, que vai legislar para dar habitação popular para o pessoal que

tenha necessidade, é fácil de ser otimizada, dá para fazer um plano lá. Ou o problema vai ser um núcleo urbano para moradores de baixa renda ou alguma remoção que, por ventura, venha se fazer e precisa ser numa área que seja do Município, porque existem muitas áreas na Zona Sul que têm parcerias entre as construtoras e o Município. O DEMHAB está com carência de áreas, pelo alto custo e pelas dificuldades de assumir essas áreas. Particularmente, eu trabalho com o Dr. Furtado e sei das dificuldades que o Furtado tem para poder atender as demandas da população. A emenda abrangeria mais na área da Zona Sul, que também seria do Município. A única coisa que poderia determinar é qual a localização dessas áreas, mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Os técnicos, o arquiteto e o engenheiro apresentam o projeto; os demais têm garantida a oportunidade de manifestação, e aí nós começaremos a ouvir, intercaladamente, as pessoas vinculadas à atividade legislativa e moradores convocados, representando a Comissão de moradores. Então, eu passo a palavra agora ao Dr. Eng.º Fernando Dal Piva, coordenador da equipe técnica. Eu vou pedir desculpas, porque ele se preparou para trazer uma apresentação e eu faço uma introdução, enquanto vem o equipamento. E antes, eu sei que o representante do DEMAIE tem necessidade de se retirar mais cedo, ele está cumprindo a dupla tarefa designada pela direção, que é comparecer a esta audiência e, ao mesmo tempo, ele tem que representar a direção do DMAIE em outro local. Então, eu quero passar a palavra agora para ele, esclarecendo que se tratam duas áreas, a primeira já foi identificada e se localiza numa área onde a urbanização está chegando com muita intensidade, a ocupação do solo, que é exatamente na Rua Jorge Pereira Lima, como foi esclarecido aqui pelo nosso arquiteto, próximo àqueles novos loteamentos que surgiram lá, especialmente o mais conhecido, que é o Alphaville, loteamento modelo que tem ali. Eu, como Presidente da Comissão, que introduziu as alterações do Plano Diretor, queria esclarecer para todos que se tratam de dois projetos de Área Especial de Interesse Social. Tem três tipos de áreas: a primeira, é uma área que o DEMHAB detém, então é chamada Área Especial de Interesse Social I; a segunda, é uma área de particulares, onde se recomenda a aplicação de legislações especiais, porque é área particular e se encontra com um bom índice de ocupação, com razoável infraestrutura, precisando da regularização fundiária, é o caso da Área Especial de Interesse Social II, que o Dr.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

Barreda coordena o projeto; e a terceira, que o Dr. Fernando irá expor, Área Especial de nível III, que envolve áreas particulares colocadas na relação da demanda habitacional prioritária do Município, área que o Município recomenda que as empresas organizem loteamentos destinados especialmente para o programa Minha Casa, Minha Vida, para serem oferecidos à população de menor poder aquisitivo. Esse projeto será detalhado, nessa área se pretende construir cerca de 2.500 habitações destinadas para pessoas, familiares que ganham entre um e meio salário mínimo de renda, até seis salários mínimos, sendo que, de um e meio a três, obrigatoriamente, por imposição da lei municipal, 20% terá que ser reservado para pessoas com esse tipo de renda. Esse é um detalhamento mais sociológico e técnico que certamente o senhor abordará. Eu apenas estou dizendo para o funcionário da área do planejamento do Departamento Municipal de Água e Esgoto para Porto Alegre, que está completando 55 anos, e que ainda tem uma programação para cumprir hoje. O Sr. Sergio Marinho da Silva, do DMAE, está com a palavra.

O SR. SERGIO MARINHO DA SILVA: Eu quero agradecer pela oportunidade de estar aqui e poder falar um pouco sobre esse crescimento que a Cidade está tendo. É interessante saber que a Zona Sul está expandindo muito depressa, e sem um planejamento. Então, é importante que haja projetos como esse, para que esse crescimento seja controlado. Por parte do departamento, é claro que ele vai acompanhar o desenvolver do projeto e vai ser entregue aos técnicos para uma análise mais aprofundada. É uma iniciativa muito louvável de fazer com que a cidade de Porto Alegre cresça de forma planejada.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Vamos deixar para que, num segundo momento, a gente detalhe melhor a parte do projeto de ocupação da área, objeto da Área Especial de Interesse Social II, e, com relação ao loteamento da área já ocupada e que já vem se desenvolvendo, vou ouvir o depoimento agora de uma representante do loteamento que está aqui junto com outros colegas, representando a comissão e com o qual temos o compromisso do Ver. Márcio que também tem apoiado fortemente neste sentido, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que ainda neste ano

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

Legislativo aprovou este projeto de lei. Daí, esta audiência excepcional nesta data marcada primeiramente para as 17h, depois adiada para as 19h.

A Sra Gilca Maribel Bueno, representando dos moradores, está com a palavra.

A SRA. GILCA MARIBEL BUENO: Boa noite a todos, sou a primeira moradora deste conjunto residencial, estou muito feliz porque estamos conseguindo nosso objetivo, porque até agora é um setor que não tem infraestrutura, aos poucos estamos adquirindo. Então, estamos muito felizes de conseguir este objetivo. Eu sou agente comunitária, agito muitas coisas lá. Estamos felizes por causa disso. Muito obrigada, estou de acordo também com o projeto. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Dr. Marcelo Reis Marroni, representando o DEMHAB, está com a palavra.

O SR. MARCELO REIS MARRONI: Boa noite. O Departamento Municipal de Habitação acha muito importante o desenvolvimento da parte social e habitacional da Zona Sul de Porto Alegre, onde muitas áreas não estão habitadas, mas que podem ser; então, com os laudos técnicos que os nossos colegas fizeram, acredito que vamos levar para a nossa direção, que vai ter uma posição, que acredito vá desenvolver mais a parte social e habitacional da Zona Sul, que é para onde Porto Alegre pode crescer agora.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Apresento a todos aqui o nosso colega, Ver. Valter Nagelstein, reconduzido à Câmara de Vereadores, um dos maiores estudiosos do urbanismo da cidade de Porto Alegre. Foi, até pouco tempo, Secretário Municipal de Urbanismo, tem muito a ver com este projeto e com a ementa. Peço vênias todos para interromper a ordem das manifestações e, de imediato, passar a palavra ao Ver. Valter Nagelstein, que está fazendo um esforço muito grande para estar aqui conosco.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver. Pujol, eu agradeço a sua generosidade, cumprimento a todos, senhoras e senhores, eu declino em favor do bom prosseguimento dos trabalhos, sei que são muito bem conduzidos por Vossa Excelência. Vou permanecer aqui por mais um tempo, exatamente para poder acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Então, fica com a liberdade, quando for o caso, de se manifestar – sua palavra está garantida.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Muito obrigado, agradeço e desejo a todos um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Então vamos ouvir o coordenador técnico do projeto a ser desenvolvido na Área Especial de Interesse Social II, cuja localidade é onde versa da presente, eis que mais adiante, dentro do nosso Município, pegam mais possibilidade da Restinga, mais precisamente na Francisca de Oliveira Vieira esquina com Edgar Pires de Castro. Com a palavra o Dr. Fernando Dal Piva.

O SR. FERNANDO DAL PIVA: Boa noite, sou engenheiro civil. Vou apresentar alguns *slides*.

(Procede-se à apresentação de *slides*.)

O SR. FERNANDO DAL PIVA: Essa área fica na Estrada Francisca de Oliveira Vieira com a Edgar Pires de Castro, é uma área de 89 hectares, faz frente, a testada, para a Edgar Pires de Castro em torno de 900 metros; e a testada para a Francisca de Oliveira, em torno de um quilômetro e meio, são 89 hectares. O projeto que estamos desenvolvendo é dentro do Minha Casa, Minha Vida, são 2.550 unidades no total, pelo plano das AEIS há a obrigação de deixar 20% para o Minha Casa, Minha Vida, de zero a três, que hoje não está tanto em vigor, meio que saiu, está entrando a faixa de um e meio, não sei se vai entrar na faixa um e meio ou se vai voltar o zero a três. Mas são 510 unidades que vão ficar reservadas para atender a esse público, e o restante, as outras 2.040 unidades entram dentro do programa Minha Casa, Minha Vida na faixa de três a seis. É um loteamento de casas, não vai ser colocado vertical. No plano, tem 140 unidades por hectare, nós estamos usando 40, então teve também uma preocupação da empresa em não densificar muito a área.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

Diretrizes Municipais: já temos algumas diretrizes, temos quase todas, é um projeto que já está há anos tramitando; vou colocar alguns pontos de melhoria que vão ocorrer na região em função do empreendimento. Um deles é o alargamento da Edgar Pires de Castro e recuperação da via. Esse alargamento vai da testada do empreendimento, que é de aproximadamente um quilômetro, e também a recuperação dessa via. Temos um projeto do alargamento até a rótula da Restinga. Então, o projeto vai ser até a rótula da Restinga, mas o que a empresa vai ter que fazer é a terceira via da testada da Edgar Pires de Castro e a melhoria do pavimento da Edgar Pires de Castro, além de melhorias como paradas de ônibus, então tudo isso vai entrar no desenvolvimento do projeto.

Outra diretriz é a pavimentação da Estrada Francisca de Oliveira Vieira, da testada da Edgar Pires de Castro até a Estrada Chapéu do Sol, acho que é isso, nós vamos ter que pavimentar também, portanto é uma melhoria. Dentro da área do loteamento tem mais duas diretrizes que vão dar lá na Estrada Chapéu do Sol também, que vai melhorar muito a mobilidade.

Preservação ambiental: esse é um projeto que entrou dentro do EIA-RIMA. O EIA-RIMA é um estudo bem complexo, que são, no mínimo, dois anos de estudos, depois que o EIA-RIMA é deferido, é aprovado, é feita uma audiência pública. Depois dessa audiência pública, é que se dá seguimento na aprovação do EVU e o seguimento do projeto. Nós estamos preservando 40% dessa área. Tem um corredor ecológico que é bem no meio, como vocês podem ver na imagem, há uma área meio branca no loteamento, tem esse corredor que pega da Edgar até quase o final da Francisca, toda área, é um corredor ecológico. Entre APP e corredor ecológico a gente está preservando 34 hectares.

Equipamentos comunitários: no momento em que se lança um loteamento, há coisas que têm destinações. Então, esse loteamento vai ser composto de áreas de praça, áreas verdes, escolas, creches, postos de saúde. Todas essas áreas serão destinadas ao Município, o qual vai empreender, algumas coisas nós vamos ter que fazer. Então, a importância dessa área, além do benefício, do desenvolvimento da Zona Sul, a mobilidade que sabemos que é difícil e, com esse empreendimento, irá abrir muitas portas. Acho que a parte do transporte público vai ajudar muito, além de toda a geração de empregos, são 2.500 unidades, e será bom para o Município, a parte da arrecadação do IPTU. Então, é um projeto bem importante, bem pensado, a empresa está cumprindo todas as diretrizes. Nós poderíamos colocar 140 unidades por hectare, mas estamos

colocando 40. Então, a empresa está tendo um cuidado bem grande com esse empreendimento. Obrigado, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Algum outro esclarecimento a respeito da área?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria fazer uma pergunta. Eu sou morador da Zona Sul, o que se nota é que o que as incorporadoras estão desenvolvendo na Hípica e na vizinhança, elas não cumpriram até hoje com as medidas mitigatórias que o Poder Público citou.

A EPTC orientou que a Edgar Pires de Castro deveria ser com 30 metros, hoje está com 12 metros, e a Bolognesi não cumpriu com as contrapartidas. Apresentar um loteamento misto, e a Área Especial cresce, porque o Município tem maior participação, e a iniciativa privada tem as contrapartidas e a infraestrutura. Pelo que eu li, o projeto está dentro das condições que a Caixa Econômica teve para o Minha Casa, Minha Vida, 20%, igual que tem na Baltazar Oliveira Garcia um empreendimento.

O SR. FERNANDO DAL PIVA: Um loteamento, para tu entregares, tem que cumprir o que tem na diretriz, senão tu não podes entregá-lo. Então, o Moradas do Sul, eu acho que o senhor está enganado, não devia estar na diretriz, senão não ia ser entregue o loteamento. A mesma coisa, quando tu vais fazer uma rede de esgoto, quem recebe é o DMAE; se tu não fizeres, não vais receber, tu não consegues entregar. Então, acho que não é essa a colocação da obrigação, do não cumprimento, acho que não está correto. Tu tens uma diretriz, tu tens que fazer e cumprir, tu vais ser cobrado disso. Então, a diretriz da empresa hoje é uma área onde está há muitos anos, tem a diretriz do alargamento dos 900 metros da testada e tu tens que pavimentar a Estrada Francisca de Oliveira Vieira até o Chapéu do Sol. Então, a gente vai cumprir o regulamento. A questão dos 20% não é uma exigência da Caixa, é uma exigência da lei das AEIS. A lei pede 20% para zero a três, não é a Caixa. Então, a empresa vai empreender de zero a três, vai atender aos 20%, que não é exigência da Caixa, e os de três a seis também, dentro do Minha Casa, Minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): A Diretoria Legislativa informa que neste momento nós temos que ter os depoimentos individuais. O Sr. Francisco Dornelles, representando a Comissão de Constituição e Justiça, está com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES: Boa noite a todos. Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Represento o Ver. Márcio Bins Ely, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, agradecendo ao Ver. Reginaldo Pujol e o parabenizando por ter propiciado a manutenção desta audiência, mesmo tendo hoje o compromisso de diplomação dos Vereadores. Quero saudar o Ver. Valter Nagelstein pela presença, que muito abrilhanta. Saúdo também a Diretoria Legislativa, o cerimonial que apóia e os demais moradores interessados. Realmente, como o Ver. Reginaldo Pujol falou, o Ver. Márcio Bins Ely tem muito interesse em colaborar nesse sentido das regularizações, até porque ele, a exemplo do Ver. Valter Nagelstein, foi Secretário do Urbanismo, lutou muito por essa parte de regularização fundiária, que talvez seja um dos fatores impulsionadores do desenvolvimento da cidade. Porque isso vai acabar refletindo na segurança, na economia, na saúde dos moradores e é o que nós precisamos para que, basicamente, se desenvolva. Era isso que eu gostaria de deixar registrado para os moradores.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Vereador, eu quero só registrar que, pela minha experiência, e hoje à tarde ainda vi que a Comissão Técnica de Análise e Aprovação de Parcelamento do Solo – CTAAPS, neste ano de 2016, aprovou somente dois projetos. O que me chocou muito, porque isso significa menos moradia, menos investimentos na Cidade, menos impostos, menos empregos. E eu acredito que nós temos que virar e ter mais investimento, mais impostos, mais emprego, e, no final das contas, ter contrapartidas que beneficiem a Cidade e que haja moradias, que é o mais importante, pois dá dignidade para as pessoas. Eu defendia, desde antes, que entre os adensamentos rurais ali da Zona Sul, especialmente Restinga, e a recriação da zona rural, nós tínhamos que ter uma zona de transição, que está mais ou menos limitada aqui pela área de vocês, que seria ali a Estrada do Chapéu do Sol. Da Estrada do Chapéu do Sol para baixo, em direção ao Lami ou a Belém Novo, eu acho que, de fato, temos que ir

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

tentando caminhar no sentido de manter a preservação da zona rural e um regime rarefeito daquela região um pouco mais para cima. Acredito que é exatamente isso que está se buscando e se resolvendo, obviamente. Aqui são pessoas que estão há muito tempo nesta luta pela moradia e pela dignidade. Em última análise, acho que este é o nosso papel aqui: ser o emulador deste processo de desenvolvimento. Eu o cumprimento, estou à disposição para ajudar neste processo. No ano passado eu lembro que uma série de AEIS ficaram pendentes, inclusive com o compromisso do Governo, quando aprovou a Zona Rural, de que nós resgataríamos aquelas AEIS, seis ou sete. Acho que é exatamente isso que devemos fazer, até porque foi um compromisso assumido, e um compromisso assumido tem que ser saldado. Parabéns a vocês, que tudo corra bem nas etapas futuras.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Obrigado pela presença. O Sr. Thiago Monteiro de Souza, da cooperativa dos moradores, está com a palavra.

O SR. THIAGO MONTEIRO DE SOUZA: Boa noite a todos. Faço parte de algumas frentes que lutam pela habitação aqui no Município de Porto Alegre, e vim justamente para aprender um pouco com esse novo empreendimento que está sendo realizado ali na Zona Sul. Acho muito importante, principalmente na faixa de zero a três, que são pessoas de menor poder aquisitivo. Então, na verdade, estou querendo parabenizar por esse projeto, realmente ele tem uma grande importância devido à quantidade, é um projeto bem grande e que vai beneficiar muitas famílias. Acho que as associações, os projetos não podem parar; este projeto está sendo a prova de que estamos há bastante tempo lutando e agora está mais próximo de ser realizado. Acho que é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. Leonardo Maricato de Mello está com a palavra.

O SR. LEONARDO MARICATO DE MELLO: Boa noite, senhoras e senhores. Boa noite, Vereador. Acho muito importante esse projeto. Eu ando por toda a cidade de Porto Alegre – da Ilha da Pintada à Sapolândia, no Lami – e vejo a dificuldade de habitação que as pessoas enfrentam, a falta de opção das pessoas. Aí venho aqui, Vereador, e vejo um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
010ª Audiência Pública 16DEZ2016

projeto destes que incluiu o que a Prefeitura não têm conseguido fazer, que é o alargamento da Av. Edgar Pires de Castro, que é a melhoria de condição que esse projeto propõe, algo que o engenheiro, na sua apresentação, propôs, inclusive com a possibilidade de os parques e creches cederem espaço para a Prefeitura; achei de suma importância. E também há a questão dos 40% preservados, isso foi de um cuidado – para quem gosta, como eu, do verde – na preservação ambiental, o casamento de construções com a preservação ambiental é muito importante. Acho que o futuro das construções em Porto Alegre é mais ou menos nesta média, preservam-se 30%, 40% e constroem-se 60%, mas porque a Cidade precisa evoluir. Pelo que entendi, estava numa divisa, eu acho que isso também é importante ressaltar, porque a área rural é importante, mas as pessoas precisam ter onde morar, as pessoas precisam ter possibilidades de habitação. A Zona Sul tem uma carência muito grande de habitação. O que tem acontecido pela cidade de Porto Alegre é uma evasão atrás da outra, as pessoas buscam o quê? Um teto, um lugar para chamar de seu, e, com essa possibilidade, principalmente com essa área de zero a três, é muito importante. A pessoa não quer morar de graça, a pessoa quer pagar o que tem condições de pagar. E, dentro disso, para o Município, Vereador, tu acabas arrecadando IPTU, tu acabas tendo uma série de arrecadações que vêm ao encontro do benefício do Município para devolver em serviços, o que hoje não está sendo possível, Vereador. Hoje tu andas pela Cidade, andas num ônibus – eu que gosto de tirar um soninho no ônibus e, às vezes, não consigo –, bate de um lado para o outro, é muito buraco nessas ruas. E a gente não consegue andar tranquilo nas ruas, que estão todas esburacadas. Aí vem uma proposta dessa de revitalizar, de ampliar. Então, eu acho que é muito importante para a cidade de Porto Alegre, não só para a Zona Sul. Quando a gente conseguir avançar nisso, podemos, inclusive, usar esse projeto como modelo para a Cidade, pelo tamanho da preservação, pela importância, pelo cuidado social na apresentação dele. Se isso tudo ocorrer, vai ser extraordinário. Eu gostaria aqui de me somar, Vereador; gostei muito da apresentação do projeto e gostaria de me colocar à disposição possível para apoiar. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): O Sr. Nelson Guimarães está com a palavra.

O SR. NELSON GUIMARÃES: Boa noite. Eu queria relatar alguns fatos que aconteceram. Eu trabalhava no IBGE e me aposentei. Há alguns anos, em 2010, a gente estava fazendo recenseamento lá naquela área, e eu adquiri um lote na área II. Desde então eu estou numa batalha tremenda para conseguir o meu direito de ter a escritura do patrimônio. Vai para uma área, volta para outra área, e, graças a Deus, parece que agora está se encaminhando para sair, chegou às Comissões.

Eu entendo o seguinte: se eu pago o meu IPTU, tenho que ter direito a uma propriedade. Eu já pago esse IPTU em dia desde 2010, ou seja, faz seis anos, e ainda não tenho direito à escritura do patrimônio? Então, espero, Exmo. Ver. Pujol, que a gente consiga acelerar, acho que a expectativa de todos os proprietários que adquiriram esse bem lá é ter suas escrituras. Porque, sem a escritura, é meio capenga, tu não consegue nada, como tu vais construir sem uma escritura? É ou não é verdade? Você não consegue financiamento nenhum. Se quiser vender, ninguém compra, ninguém quer comprar. Então, só espero que todos os que são desse loteamento da área II consigam, realmente, realizar o sonho que a gente tem hoje, que é ter a escritura de um patrimônio que a gente tem. Tenho o lote 11, no acesso A.

SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): Quero dizer ao Sr. Nelson que estamos na expectativa de que, ainda em dezembro, o Legislativo já tenha aprovado esse projeto de lei. Acho que o senhor tem toda razão, a criação de Áreas Especiais de Interesse Social II – perdoe -me, estou com muita dificuldade de expressão – tem exatamente este objetivo: enfrentar os problemas habitacionais através da intervenção direta do Poder Público, da demanda da habitação popular ou da regularização fundiária dessas áreas. O senhor é um lutador e merece que seja compreendido. Se ocorrer o que eu espero, no sentido de essa votação ocorrer na semana que vem, nós faremos chegar ao seu conhecimento e ao conhecimento de seus vizinhos a data da votação, para acompanharem, aqui na Câmara de Vereadores, esse nosso derradeiro esforço, a fim de, uma vez por todas, encaminhar o problema da área onde o senhor reside. Muito obrigado pela presença, senhoras e senhores e demais colegas. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião, que atingiu plenamente seus objetivos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 19h37min.)